



PUC Minas

Conjuntura Internacional

ano 3 • nº 29 • 08 a 14/10/2006 • ISSN 1809-6182

CENÁRIOS PUC MINAS

Análise

14/10/2006 - A Reforma do FMI e a insatisfação de Argentina, Brasil, Egito e Índia.....p.01

Assembléia de Governadores do FMI aprova reforma que altera poder de voto de quatro países em desenvolvimento: China, Coréia do Sul, México e Turquia. Reforma mostra-se bastante necessária, porém, não abarca todas as medidas necessárias para garantir maior consonância entre a participação dos países e seus pesos na economia mundial.

A Reforma do FMI e a insatisfação de Argentina, Brasil, Egito e Índia

Análise
Desenvolvimento / Economia e Comércio

Raphael Rezende Esteves
14 de outubro de 2006

Assembléia de Governadores do FMI aprova reforma que altera poder de voto de quatro países em desenvolvimento: China, Coréia do Sul, México e Turquia. Reforma mostra-se bastante necessária, porém, não abarca todas as medidas necessárias para garantir maior consonância entre a participação dos países e seus pesos na economia mundial.

Após relatório do Conselho Executivo do Fundo Monetário Internacional (FMI) - responsável pela condução diária das atividades do FMI - a Assembléia de Governadores - corpo máximo de decisões dentro do FMI, composto por um Governador e um Governador alternativo para cada país membro - aprovou, no dia 18 de setembro de 2006, um conjunto de reformas temporárias para a instituição. A resolução recebeu 90,6% dos votos, sendo que para ser aprovada necessitava de, no mínimo, 85%.

As medidas propostas na resolução buscavam, principalmente, adequar a representatividade dos países membros do FMI à realidade econômica mundial.

O FMI e o sistema de quotas

O FMI, assim como o Banco Mundial, foi fruto da Conferência realizada em julho de 1944, em Bretton Woods, New Hampshire, nos Estados Unidos. A razão primordial que motivou a criação do fundo foi a vontade de se evitar a repetição do contexto gerador de políticas econômicas desastrosas, que levaram à Grande Depressão dos anos 1930.

Segundo Charles Kindleberger,

historiador econômico e autoridade em questões monetárias internacionais, a Depressão resultou da incapacidade do Reino Unido e da relutância dos Estados Unidos em manter a estabilidade econômica internacional. Segundo o autor, a estabilidade seria garantida pelo cumprimento de cinco funções: manter um mercado relativamente aberto para o comércio de bens; prover empréstimo de longo prazo contracíclico, ou, pelo menos, estável; manutenção de um sistema relativamente estável de taxas de câmbio; garantia da coordenação macroeconômica e agir como uma fonte de empréstimo de última instância, promovendo a liquidez internacional.

Caberia, portanto, às instituições criadas durante a Conferência de Bretton Woods o cumprimento das funções acima citadas. O FMI seria responsável pelo monitoramento das políticas econômicas nacionais e pelo fornecimento de financiamentos para equilíbrio do balanço de pagamentos de países em situação de risco. Robert Gilpin, autor de política econômica internacional, aponta que o sistema baseava-se nos seguintes princípios: taxas de câmbio fixas, mas ajustáveis no caso de situações extraordinárias; confiável reserva de

créditos para sanar problemas internacionais de pagamentos; acordo entre os países membros de vincularem suas moedas ao ouro, a US\$ 35 a onça, ou ao dólar; aprovação do FMI aos ajustes de taxas de câmbio; e reservas passíveis de serem utilizadas por países deficitários.

A maior parte dos recursos destinados a financiamentos do FMI são oriundos de contribuições por parte dos países membros, que se dão a partir do estabelecimento de quotas. As quotas determinam a quantidade máxima de recursos financeiros que o país deve prover ao fundo; a quantia de financiamento que o país pode obter; assim como define seu poder de voto.

Os países, em conjunto, possuem 250 votos básicos e somam-se a estes 1 voto para cada DES 100.000¹ que o país tiver em quotas. O propósito da existência dos votos básicos é a proteção dos países pequenos que, mesmo sem representarem grande parte da economia mundial, ainda manteriam certo poder decisório dentro do FMI.

O estabelecimento de quotas baseia-se no peso relativo que o país tem na economia mundial. Vários são os aspectos analisados para a determinação das quotas, como o Produto Interno Bruto (PIB), as transações correntes e as reservas internacionais do país.

Porém, o FMI possui outras fontes de recursos. O empréstimo concessional e o perdão da dívida dos países pobres são financiados por meio de contribuições de países membros do FMI, sem ligação com o critério de quotas. No caso das despesas anuais do fundo, estas são pagas por meio dos recursos oriundos da diferença entre o

pagamento e o recebimento de juros.

Assim como citado anteriormente, no topo da estrutura organizacional do FMI está a Assembléia de Governadores, composta por um governador de cada um dos 184 membros do fundo, reunindo-se uma vez por ano. Destes, 24 são designados para ocuparem o Comitê Monetário e de Finanças Internacionais, e reúnem-se duas vezes por ano. As atividades diárias do Fundo são executadas pelo Conselho Executivo, composto por 24 diretores, eleitos ou indicados por países membros. Esse conselho reúne-se várias vezes por semana, em Washington, Estados Unidos.

Reforma do FMI

A presente distribuição de quotas no FMI apresenta grandes disparidades quando se analisa o peso relativo dos países na economia mundial. Pode-se citar o caso da Índia e da Bélgica. Embora a economia indiana seja o dobro da do país europeu e a população indiana supere 1 bilhão de pessoas, enquanto a da Bélgica atinja apenas 10 milhões de habitantes, este último possui maior número de votos no FMI.

A principal crítica feita ao FMI atualmente é em relação ao déficit de representação, principal reivindicação do chamado Grupo dos Vinte e Quatro (G-24). Composto por 24 países em desenvolvimento – dentre os quais se encontram Brasil, Índia, México e Egito – o G-24 defende a crucial importância da natureza cooperativa das Instituições de Bretton Woods, a participação universal nestas instituições assim como a uniformidade de tratamento dos países membros. Dada a participação universal, os países em desenvolvimento requerem maior relevância na representação dos países em desenvolvimento. O G-24 requer também maior transparência no processo de escolha do Diretor Administrativo do FMI, assim como do Presidente do Banco Mundial.

A partir de critérios defasados, existe

¹ O Direito Especial de Saque (DES) é um ativo internacional, criado em 1969 pelo FMI, para suplementar a reserva oficial existente dos países membros. O DES é alocado de acordo com a distribuição de quotas entre os países e seu valor é determinado por um conjunto de moedas (Dólar Americano, Euro, Libra Esterlina e Yen).

dentro do FMI uma maior representação de alguns países em detrimento de outros, o que gera contestação quanto à atuação do FMI. Quando se observa o poder de voto, por exemplo, a Europa possui mais de 30%. Assim como foi salientado por um membro da delegação indiana no FMI, Ranjit Bannerji, caso o PIB tivesse em peso preponderante na determinação das quotas, a Europa perderia muito. Segundo estimativas do *World Factbook*, da Agência Central de Inteligência estadunidense (CIA, sigla em inglês), o PIB da Europa corresponde a 20% do PIB mundial.

Devido a estas razões, portanto, uma alteração no critério da proporcionalidade da representação no fundo era premente. A reforma dizia respeito a 4 aspectos principais.

A primeira parte da reforma envolve um aumento *ad hoc*, com duração de 2 anos, das quotas da China, Coréia do Sul, México e Turquia. Segundo o Conselho Executivo do FMI, estes países estavam substancialmente sub-representados nas atuais fórmulas usadas para o cálculo das quotas, assim como estariam sub-representados em relação a quatro variáveis amplamente utilizadas para a avaliação da Assembléia de Governadores (PIB, abertura da economia, variabilidade e quantidade de reservas internacionais). A alteração da parcela de quotas detidas pelos citados países alterou-lhes o poder de voto da seguinte maneira: China passa de 2,93% dos votos no FMI para 3,65%, a Coréia do Sul passa de 0,76% para 1,329%, o México passa de 1,196% para 1,431% e a Turquia passa de 0,453% para 0,548%. Esta alteração no número de quotas representaria um aumento de 1,8% no número total de quotas, o que representa cerca de US\$ 5,66 bilhões ou DES 3.81 bilhões.

Conseqüentemente, este aumento nas quotas dos citados países acaba por levar a uma diminuição relativa da participação de todos os demais países não beneficiados com o aumento das quotas.

A Assembléia de Governadores do FMI promove a revisão geral das quotas dos países membros em intervalos regulares, geralmente de cinco em cinco anos. A última revisão geral foi concluída em 30 de janeiro de 2003 e não apresentou alterações no número de quotas dos países. A próxima revisão será concluída até o dia 30 de janeiro de 2008. Por essa razão, as alterações recentes nas quotas terão duração de 2 anos, pois, na revisão de 2008, haverá a consolidação das mudanças nas quotas dos países que forem consideradas adequadas.

Em segundo lugar, o pacote de reformas abrangeria também a alteração da atual fórmula utilizada para calcular a quantidade de quotas de cada país. A nova fórmula deverá ser mais eficaz na determinação das posições relativas dos países na economia mundial. Entretanto, dada a dificuldade de determinação das variáveis mais importantes na estruturação de uma nova forma de cálculo (Produto Interno Bruto, abertura, variabilidade), o Conselho Executivo estipulou que a nova fórmula deve estar pronta para o Encontro Anual de 2007 ou, no mais tardar, para o Encontro Anual de 2008. Assim que uma nova fórmula estiver pronta, novos aumentos *ad hoc* estão previstos, de forma a promover o rebalanceamento da quantidade de quotas dos países membros do FMI.

Em terceiro lugar, as alterações aprovadas dizem respeito também à necessidade de aumento dos votos básicos dos países membros. Devido aos aumentos sucessivos de quotas ao longo dos anos, a representatividade dos países pequenos ficou fortemente comprometida. A título de ilustração, a parcela dos votos representados pelos votos básicos era de 11,3% em 1945, ao passo que atualmente esses representam apenas 2%.

Por fim, o relatório apresentou a necessidade de fortalecimento do Escritório Africano do FMI. Tal fortalecimento se dá devido às

importantes funções desempenhadas no campo consultivo e no financiamento de projetos para aquele continente. Sugeriu-se no relatório a nomeação de membros para comporem o grupo de analistas como medida imediata capaz de aumentar a eficiência do exercício das funções do referido escritório.

Reação à reforma

Dentre os insatisfeitos com a proposta de reforma aprovada, estão 4 países em desenvolvimento não contemplados com a revisão de suas quotas: Argentina, Brasil, Egito e Índia. Em declaração conjunta, os ministros dos supracitados países defenderam que a reforma no FMI deveria trabalhar na elaboração de uma fórmula simples e transparente que pudesse auferir a posição econômica dos países, além de assegurar a posição daqueles mais pobres. Para os ministros, o favorecimento de alguns países em desenvolvimento (China, Coreia do Sul, México e Turquia), em detrimento de outros igualmente merecedores, acaba por comprometer a credibilidade e a legitimidade do FMI.

O Presidente argentino, Néstor Kirchner, chegou a discursar na Organização das Nações Unidas criticando as medidas aprovadas, alegando que apesar de o mundo ter mudado, os organismos financeiros internacionais (como o FMI) não haviam acompanhado tais mudanças. Isso porque, segundo o presidente, existe resistência em se concretizarem avanços alcançados pelos países.

O Ministro da Fazenda brasileiro, Guido Mantega, afirmou que o projeto pode ter como consequência o aumento da participação detida pelos países ricos ao passo que aumenta a participação de um grupo restrito de países emergentes em detrimento de outros países em desenvolvimento. Mantega defendeu que a reforma deve levar em consideração o tamanho da economia, mas deve impedir o aumento do já expressivo número de quotas das economias avançadas.

Para o Ministro de Finanças indiano, Shri Palaniappan Chidambaram, o fato de a Índia possuir o 4º maior PIB do mundo, verificado por meio da Paridade do Poder de Compra [ver [Glossário](#)], não pode ser ignorado. Segundo o ministro, um crescimento de 8,3% de seu país o permite fazer as reivindicações que vem fazendo (como a requisição de reforma no FMI, em moldes diferentes dos apresentados).

Não foi possível encontrar declarações de autoridades egípcias em relação à reforma do FMI.

Assim como citado anteriormente, a alteração nas cotas da China, Coreia do Sul, México e Turquia acabou por levar à diminuição relativa do poder de voto dos demais países. No caso dos opositores da reforma, a alteração se deu da seguinte forma: o Brasil passa de 1,41% dos votos para 1,38%; a Argentina de 0,98% para 0,97%; o Egito de 0,45% para 0,44%; e a Índia passa de 1,92% para 1,89%.

Mesmo que a reforma submetida à Assembléia de Governadores do FMI tenha sido aprovada com mais de 90% dos votos, os países em desacordo apontam que aquela ainda não conseguiu adequar perfeitamente a representatividade dentro da organização à respectiva relevância econômica dos países. Ainda que a escolha das variáveis necessárias para o cálculo das quotas claramente envolva a consideração de muitos aspectos e dificilmente venha a abarcar critérios inequívocos, que fariam desaparecer as contestações dos países, uma reformulação da participação no FMI mostra-se bastante necessária. Tal reformulação teria 2 objetivos principais: considerar as mudanças na economia mundial, levando em conta a emergência principalmente de um grupo de países em desenvolvimento; e aumentar a participação dos países menos desenvolvidos.

Referência

KINDLEBERGER, Charles. The World in Depression, 1929-1939. University of California Press, 1986.

GILPIN, Robert. O desafio do capitalismo global: a economia mundial no século XXI. São Paulo: Record, 2004.

Sites:

BBC Brasil

<http://www.bbc.co.uk/portuguese>

FMI

<http://www.imf.org>

Folha Online

<http://www.folhaonline.com.br>

The Hindu

<http://www.hinduonnet.com>

The World Factbook

<https://www.cia.gov/cia/publications/factbook/index.html>

Ver também:

08/10/2004 - [Argentina, a dívida externa e o FMI: em novo paradigma?](#)

14/11/2003 - [As novas negociações do Brasil com o FMI](#)

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica - MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: André Lemos Klausing; Frederico de Faria e Silva; Jéssica Naime; Layla Dawood; Lígia Franco Mello; Luiz Fernando Liboreiro; Raphael Rezende Esteves; Tiago Cerqueira Lazier; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>